



SINSEXPRO

Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo



Filiado à
FENASERA

ANO V | Maio de 2006 | nº 77

Filiado à
CUT

Saiba como andam as negociações da Campanha Salarial em sua autarquia

Páginas 4 e 5

Sindicato marca presença no 11º Congresso Estadual da CUT



Os diretores do SINSEXPRO, Inês e Carlos Tadeu, participam dos trabalhos do 11º CECUT

Página 7

O contraste de posturas do CREFITO e do CRC
Página 5

O que não foi dito sobre a nacionalização do gás boliviano
Página 7

É hora de torcer pelos nossos craques no Futsal do SINSEXPRO
Página 8

Nos dias 13 e 22/06, o expediente no SINSEXPRO se encerrará às 12h devido aos jogos do Brasil na Copa do Mundo

Editorial

Os dois lados da Campanha Salarial

Mais uma vez, o boletim O Companheiro nos ajuda a identificar os dois times que se polarizam na Campanha Salarial da categoria - os que respeitam a data-base, negociam e firmam Acordos Coletivos e os que persistem no desrespeito e na intransigência. Pouco a pouco vão diminuindo os índices de desemprego no país mas, nesse aspecto, a conjuntura ainda é muito desfavorável para a classe trabalhadora. Essa realidade coloca no campo do embate da nossa Campanha Salarial também em campo o Poder Judiciário e outros atores externos ao âmbito das autarquias e do Sindicato. Sabedores dessa realidade, participamos de Congressos e promovemos eventos de integração da categoria, ao mesmo tempo em que negociamos os acordos coletivos e buscamos organizar a mobilização dos trabalhadores onde eles ainda não foram firmados. Sempre de olhos abertos à conjuntura nacional e internacional. Venha conosco.

O desafio dos servidores públicos de nossa categoria



Por Inês Granada Pedro

Em fevereiro deste ano, ocupei este espaço do boletim O Companheiro, nº 74, para falar de nossa inequívoca condição de servidores públicos. Volto ao tema para contribuir na compreensão das particularidades da nossa categoria e do que está por trás das resistências que existem a essa condição. O período da Campanha Salarial deveria ser apenas um importante momento de união dos trabalhadores de um determinado segmento em torno da defesa dos seus interesses. Um período de negociação transparente e equilibrada entre os interesses conflitantes de patrões e empregados. Nessa conjuntura, o resultado da Campanha Salarial seria sempre nobre, na medida em que contribuiria para a organização da classe trabalhadora, para o fortalecimento da cidadania (o trabalhador como sujeito da sua ação) e celebraria a civilidade e o respeito mútuo nas relações de trabalho. Mas, no nosso caso, a Campanha Salarial torna evidente o quanto algumas autarquias estão distantes desse estágio de maturidade. As mesmas diretorias que se beneficiam da isenção de impostos, do poder de polícia, do uso dos símbolos oficiais da Federação, da arrecadação compulsória e da autonomia na administração e na gestão financeira, invocam a intervenção da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União para impedir aquilo que a lei lhes faculta, mas que não é do seu interesse praticar - negociações diretas das reivindicações dos seus funcionários, sem interferência externa.

Lamentáveis exemplos dessa estratégia de invocar orientações do Conselho Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Lei de Responsabilidade Fiscal são os Conselhos de Economia (CORECON), Eng^a, Arq^a e Agron^a (CREA), Medicina (CREMESP), Odontologia (CROSP) e Contabilidade (CRC), além daqueles que tradicionalmente nem

abrem negociação com o Sindicato, sob o argumento de que "funcionário público não tem negociação coletiva" (CRECI, CONRE, CRA, CRMV, OM). Desde 2004 o TCU emitiu o Acórdão nº 341 para consolidar que a LRF não se aplica às autarquias de fiscalização profissional. No mesmo ano, o TST se posicionou no processo TST-RODC-131193/2004-900-04-00.6/2004, afirmando que é juridicamente possível o ajuizamento de Dissídio Coletivo na nossa categoria porque se trata de autarquia corporativa peculiar, que tem autonomia administrativa e financeira. As autarquias que pararam no tempo invocam processo de dissídio que o TST extinguiu em 2000.

Está em estudo, pelo Governo Federal, o encaminhamento para apreciação do Congresso Nacional um conjunto de Convenções e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com vistas a sua ratificação pelo governo brasileiro. Entre elas estão a Convenção 151 e a Resolução 159 que se refere à organização sindical e ao processo de negociação dos trabalhadores do serviço público. A Convenção 151 da OIT aplica-se a todas as pessoas empregadas pelas autoridades públicas (em todos os níveis municipal, estadual e federal) e se refere a garantias a toda organização que tenha por fim promover e defender os interesses dos trabalhadores da função pública. A Resolução 159 tem como finalidade melhor definir, entre outros aspectos, procedimentos para o reconhecimento de organizações de servidores públicos e a negociação de termos e condições de trabalho, também no serviço público.

Ou seja, os trabalhadores das autarquias de fiscalização profissional têm diante de si um desafio histórico - lutar pelo avanço das relações de trabalho sem interferência externa e, ao mesmo tempo, integrar a luta de todos os demais segmentos de serviços públicos, para estender aos demais aquilo que já temos, por mais que certas diretorias neguem - direito à negociação coletiva. Uma luta que só se faz com organização e união.

Inês Granada Pedro é Secretária Geral do SINSEXPRO e Secretária de Formação Sindical da FENASERA

EXPEDIENTE

SINSEXPRO

Rua Florêncio de Abreu, 157 - 1º andar - Cj. 105
São Paulo - SP - CEP 01029-901
Tel.: (11) 3228-1867 / 3228-7956 / 3228-5171
Fax: (11) 3228-8345
sinsexpro@sinsexpro.org.br
www.sinsexpro.org.br

Secretaria Geral

sinsexpro@sinsexpro.org.br
Inês Granada Pedro (CREA) - Coordenadora
Adriano Silva Reis (CRTR)

Secretaria de Assuntos Jurídicos

juridica@sinsexpro.org.br
Percival de Souza (CRESS) - Coordenador
Francisco de Paula Ferreira (CREA)
Janaína Macedo Calvo (CREA)

Secretaria de Comunicação

comunicacao@sinsexpro.org.br
Alessandra André (OAB) - Coordenadora
Alexandra Mancini de Oliveira (CREA)

Secretaria de Finanças

financeira@sinsexpro.org.br
Flávio Sérgio Gomes da Costa (CRC) - Coordenador
Ana Laura Rodrigues Cardoso (CRF)
Márcio Fogaça (OAB)

Secretaria de Formação Política e Relações Sindicais

formacao@sinsexpro.org.br
Carlos Tadeu Vilanova (CREA) - Coordenador
Antonio Fco. Gomes Vieira Fº (CRECI)
Marta Goes Maciel (COREN)

Secretaria Social

social@sinsexpro.org.br
Elba Celia Magalhães Alves (CREA) - Coordenadora
Lucimary Rodrigues Barbosa (CRFa)

Conselho Fiscal

Francisco Rodrigues Marques (CRC)
Lia Mara Checa (CRP)
Kellen Cristina Zanin (CRTR)
Henrique Rodrigues Lobo (OAB)
Edith Aparecida Macedo (CRTR)
João Marcos Ultramar Quinteiro (CRF)

Jornalistas Responsáveis

Cláudia Teodoro - Mtb. 24.191
Selma Munhoz - Mtb. 20.811

Direção de Arte/Diagramação

Guilherme Gonçalves - guiga.net@terra.com.br

Impressão

Editora Raiz da Terra - (11) 3207-8561

Sindicato visita autarquias do interior



O diretor Márcio Fogaça em visita às autarquias de Campinas



O SINSEXPRO celebrou, no início desta gestão, que companheiros do interior do Estado passassem a integrar a diretoria, e os resultados já aparecem. Foi retomado o trabalho de visitas às autarquias de Campinas e Araraquara, visando esclarecer aos trabalhadores destas regiões sobre as diversas questões que dizem respeito ao dia-a-dia de categoria. Entre os temas abordados estão os Termos de Ajustamento de Conduta - TACs; Campanha Salarial e benefícios oferecidos pelo Sindicato aos seus filiados. Este trabalho tem como objetivo também o aumento no número de sindicalizações para que nossa luta se torne ainda mais forte, além da ampliação dos convênios oferecidos pelo Sindicato em todo Interior. Em Campinas o SINSEXPRO é



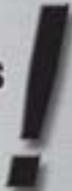
representado pelo diretor Márcio Fogaça. As 13 autarquias existentes em Campinas já receberam a visita de nosso diretor. São elas: COREN (Conselho Regional de Enfermagem); CRC (Conselho Regional de Contabilidade); CRECI (Conselho Regional de Corretores de Imóveis); CRF (Conselho Regional de Farmácia); CRP (Conselho Regional de Psicologia); CREA (Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e

Agr^a); CRESS (Conselho Regional de Serviço Social); CREMESP (Conselho Regional de Medicina); CRO (Conselho Regional de Odontologia); CORECON (Conselho Regional de Economia); CORCESP (Conselho Regional de Representantes Comerciais); e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Além do contato direto com Márcio, vale destacar que os companheiros do Interior interessados em efetivar sua filiação ao Sindicato ou indicar novos convênios podem também entrar em contato pelo telefone (11) 3228-7956, e-mail sinsexpro@sinsexpro.org.br. No site do Sindicato, www.sinsexpro.org.br, há informações sobre todos os benefícios oferecidos aos filiados.

PAINEL DE CONVÊNIOS • SINSEXPRO

 **Clínica de Olhos Boa Visão**
Atendemos os melhores convênios
Exames computadorizados
Corrija sua visão com nossos especialistas
Marque a sua consulta agora mesmo
Convênio: Consulta para associados e dependentes
Central de Atendimento: 3105-8369 / 3105-1099 / 3242-2397
Rua São Bento, 59 - 8º andar - Centro - São Paulo

**OFEREÇA SEUS
PRODUTOS OU SERVIÇOS
PARA UM PÚBLICO
QUALIFICADO.** 

 **Óticas Visão Lux**
DESCONTO PARA ASSOCIADOS
Central de Atendimento
3105-8369 / 3105-1099 / 3242-2397
• Atendimento de Receitas Médicas • Lentes de Contato • Aparelhos Auditivos • Artigos Ortopédicos em Geral • Filmes e Revelações
Rua São Bento, 63 - Térreo - Centro
www.oticasvisaolux.com.br - contato@oticasvisaolux.com.br

**ANUNCIE SEUS
PRODUTOS OU SERVIÇOS
PARA OS FILIADOS
DO SINSEXPRO.** 

 **Global Care
ODONTOLOGIA**
A Global Care Odontologia oferece todo tipo de tratamento odontológico com profissionais experientes. São 3 clínicas próprias - Centro - Itaquera - Santo Amaro
Pagamento facilitado com desconto para sindicalizados SINSEXPRO.
Ligue agora e marque sua avaliação. Tel. 3255-4372 / 3258-9004
Tratamentos:
• Ortodôntico
• Clínico
• Prótese
• Estético

**DIVULGUE SUAS
OFERTAS OU SERVIÇOS
AOS SINDICALIZADOS
DO SINSEXPRO.** 



CAMPANHA SALARIAL 2006

CRESS - Diferente de anos anteriores, quando as negociações com o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS eram finalizadas dois ou três meses após a data-base, o novo assessor jurídico da autarquia compareceu ao Sindicato no dia 11/05 para apresentar a proposta do Conselho. Além da manutenção dos benefícios já praticados, há avanços nos itens sociais. Porém, ficou faltando apenas a definição do total de reajuste salarial e dos vale-refeição e alimentação. No fechamento desta edição, o Sindicato aguardava retorno por parte do CRESS.

CRP - Reunidos em Assembléia, os funcionários do Conselho Regional de Psicologia - CRP não aprovaram proposta da autarquia. A principal reivindicação diz respeito à cesta básica, com diferença de valores para quem tem salários mais altos. Até o ano passado, o benefício era de R\$ 92,00 e extensivo a um grupo de funcionários que ganha até R\$ 1.700,00. Quem ganhava acima disso só passou a ter direito ao benefício a partir do último Acordo Coletivo e, mesmo assim, somente 50% do valor, ou seja, R\$ 46,00. A proposta inicial do CRP para este ano era aumentar a diferença entre uma cesta e outra. Para quem ganha até R\$ 1.700,00, o valor passaria para R\$ 130,00 enquanto para os que ganham mais, passaria para R\$ 50,00. Além da correção para manter o mesmo nível da cesta básica, os funcionários reivindicam revisão no convênio médico e melhora na proposta de aumento real.

CREF - Em Assembléia, os funcionários do Conselho Regional de Educação Física - CREF rejeitaram proposta apresentada pela autarquia que, apesar do aumento real de 4% mais a correção salarial, não coloca os salários no mesmo nível das demais autarquias

de nossa categoria. Diante disso, os trabalhadores do CREF reivindicam um plano de cargos e salários para nivelar seus salários, extensão do plano de saúde para os dependentes, cesta básica e o direito de eleger um representante sindical no local de trabalho. Nova rodada de negociações estava prevista para o dia 17/05, no fechamento desta edição

CRTR - O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR foi o que apresentou avanços nas negociações. A autarquia manteve todos os benefícios já existentes e estendeu o convênio médico para os dependentes (uma luta de mais de cinco anos dos funcionários). Além disso, concedeu cesta básica e outros avanços em cláusulas sociais. Já o reajuste salarial e aumento real totalizaram 5%.

CRF^a - Lamentavelmente, a direção do Conselho Regional de Fonoaudiologia - CRF^a parece querer mesmo endurecer com o Sindicato este ano. Como divulgado no último boletim *O Companheiro*, após a reunião de negociação em que o Conselho apresentou uma péssima proposta, ficando de reavaliá-la posteriormente, até o fechamento desta edição nada foi apresentado. Houve uma tentativa de reunião por parte do contador da autarquia, porém, desmarcada às vésperas de acontecer. Passados mais de 20 dias, o CRF^a se mantém calado. Não dá para entender a mudança de postura da presidente deste Conselho. Mas caso decida manter assim, o SINSEXPRO também será obrigado a mudar sua postura com relação ao Conselho, passando pela realização de atos e manifestações políticas.

CRF - Em duas reuniões já realizadas, nos dias 5 e 11/05, o Conselho

Regional de Farmácia - CRF sinalizou reajuste dos salários pelo ICV-Dieese e um percentual de aumento real a ser definido formalmente. O SINSEXPRO insistiu em mais avanços, inclusive na concessão da cesta básica. O Sindicato aguarda proposta final para realizar Assembléia com todos os funcionários.

CRN - O Conselho Regional de Nutricionistas - CRN parecia ter adotado, neste ano, uma postura diferente do ano passado, quando as negociações se arrastaram para além da data-base e acabaram em Dissídio Coletivo. Entretanto, depois da primeira rodada de negociações, a reunião que deve ser feita com o SINSEXPRO para afinar as pendências já foi adiada por três vezes. A mesma dificuldade o Sindicato está encontrando para reunir-se com os funcionários, porque o Conselho já agendou dois encontros que foram desmarcados. No fechamento desta edição, o Sindicato começava a distribuir panfletos sobre (a falta de) andamento na Campanha, com esperança de reverter a situação.

CREA - O Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e Agr^a - CREA garantiu a data-base (1º de maio), no dia 19/04, e enviou proposta inicial de Acordo ao SINSEXPRO com os seguintes itens: Nenhum reajuste ou reposição salarial, suspensão de aplicações dos itens econômicos; manutenção das cláusulas sociais existentes; e abertura de negociações durante o exercício de 2006 para posicionamento definitivo quanto ao Acordo. O Sindicato comunicou oficialmente ao CREA a recusa desta péssima proposta e, novamente, foi solicitada outra reunião de negociação. Até o fechamento desta edição, não havia qualquer manifestação por parte do Conselho.

CRBiom - No dia 11/05, o Conselho Regional de Biomedicina enviou ao Sindicato proposta de Acordo, o que causou estranheza já que o presidente desta autarquia sempre teve por prática receber o SINSEXPRO para, ao menos, ouvir as reivindicações. A proposta será encaminhada para apreciação e deliberação dos funcionários.

CRBiblio - No dia 26/04 foi realizada a primeira reunião de negociação com a assessoria jurídica, presidente e tesoureira do Conselho Regional de Biblioteconomia - CRBiblio. Foram discutidos todos os itens da Pauta de Reivindicação. Além da concessão do reajuste, o Conselho propôs a manutenção dos itens concedidos anteriormente. O sindicato pediu mais alguns que foram levados para toda diretoria. No dia 12/05 recebemos a proposta final de Acordo do Conselho, a qual será apresentada em Assembléia dos funcionários.

CRBiol - Em reunião no dia 19/04 com a assessoria jurídica e o presidente do Conselho Regional de Biologia - CRBiol, a autarquia garantiu a data-base (1º de maio), propôs reajuste pelo ICV-Dieese, aumento do vale-refeição, inclusão de licença nojo e licença gala, conforme nossa Pauta, e a manutenção dos demais itens do Acordo Coletivo anterior. A proposta foi aceita pelos funcionários, porém, com a reivindicação de um plano de cargos e salários e efetivação da concessão da assistência médica.

OAB - No dia 9/05, o SINSEXPRO distribuiu panfleto e fez barulho em frente à sede da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP para denunciar que, até então, a Ordem não havia se pronunciado sobre a abertura das negociações da Campanha Salarial, tendo apenas confirmado a data-base para 1º de maio. Na ocasião, foi agendada reunião com o Sindicato para o dia 18/05, durante o fechamento desta edição, com seu secretário geral, para discussão da Pauta. Confira na próxima edição o andamento da Campanha.

Eleições - O Sindicato faz um alerta a todos os funcionários da OAB - em novembro serão realizadas eleições para nova diretoria. É comum na nossa categoria que os funcionários se envolvam na eleição, sem observar a isenção e o distanciamento necessário a adequada relação de trabalho com quem quer que seja eleito. Como consequência, frequentemente uma diretoria recém-empossada entra em conflito com funcionários que trabalharam para um ou outro sindicato. Assim, vale lembrar - mantenha o máximo de isenção possível no processo eleitoral, apenas prestando serviços que lhe forem determinados e que estejam de acordo com a função para a qual você foi contratado.

Dissídio Coletivo - Os conselhos que não iniciaram as negociações e não garantiram a data-base já têm pedido de Dissídio Coletivo. A audiência de conciliação está marcada para dia 30/05. Nesta audiência, as autarquias ainda poderão apresentar proposta de Acordo Coletivo.



CREFITO na mão...

Em uma atitude exemplar, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) não só foi a primeira autarquia a fechar o Acordo Coletivo da Campanha Salarial 2006 como também vem propondo entendimentos que permitirão avançar nas relações trabalhistas. Agora, com nova direção já consolidada, o CREFITO reconhece o papel do Sindicato e, de forma democrática, negociou com o representante dos trabalhadores demonstrando respeito por seus funcionários. Além da manutenção dos benefícios, o Acordo Coletivo deste ano trouxe avanços em cláusulas sociais como o auxílio creche, que passou de R\$ 30,00 para R\$ 150,00 e aumento real de 4,5 %.

... e CRC na contramão

Ao contrário do CREFITO, o Conselho Regional de Contabilidade - CRC exige assinar o Acordo Coletivo só no Tribunal Regional do Trabalho, em audiência de conciliação de processo de Dissídio Coletivo. Como o Sindicato sempre alertou, o Dissídio é o último recurso quando as negociações chegam ao seu limite e sem consenso. Além do custo que gera, este processo oferece riscos porque está sujeito a um julgamento imprevisível feito por quem não conhece as realidades da categoria. Portanto, só podemos lamentar a postura do CRC que, neste ano, até recebeu o SINSEXPRO em negociação, mas insiste em conceder direitos e benefícios aos seus trabalhadores no âmbito do Poder Judiciário. A primeira reunião do Sindicato com o CRC foi realizada em 07/04. No dia 25/04, em Assembléia com os funcionários, os mesmos reiteraram alguns pontos da Pauta de Reivindicações em que o CRC apresentou intenção de retrocesso. O SINSEXPRO enviou ofício solicitando uma nova reunião de negociação, que foi agendada para o dia 17/05, no fechamento desta edição.



COREN assina Termo de Ajustamento de Conduta

O Conselho Regional de Enfermagem - COREN assinou, em 24/04, o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, com a exigência de que todos os funcionários contratados sem concurso público após 5 de outubro de 1988 sejam demitidos num prazo máximo de dois anos. Diferente dos Conselhos, o SINSEXPRO sempre buscou formas de se manter os empregos. Uma delas foi em meados de 1993, quando entrou com mandato de segurança contra todas as autarquias obtendo liminar favorável para que o COREN só contratasse e demitisse trabalhadores de acordo com a Lei. A liminar foi mantida no final de 1994 através de sentença, acatada pelo Conselho até 1998, quando começou a contratar novamente sem concurso público.

Ao surgir nova oportunidade de regularizar a situação dos funcionários, a direção da autarquia protocolou uma petição no Ministério Público do Trabalho - MPT, afirmando que não concordava com a cláusula 2ª do TAC (jus-

tamente a cláusula que garante a empregabilidade dos funcionários contratados até 18/05/2001). Diante da recusa em assinar naquelas condições, o Ministério Público moveu uma ação civil pública contra a presidente do COREN e exigiu que fossem demitidos todos os funcionários contratados sem concurso público a partir de 1988. Apesar de ter assinado um TAC que prejudica os trabalhadores, a direção do Conselho se comprometeu em unir-se ao SINSEXPRO e à FENASERA para encontrar uma saída que reverta este quadro. O Sindicato entrou como parte interessada no processo e proto-

colou petição pedindo ao juiz que altere o TAC firmado e que seja proposto outro com data de 18/05/2001, como os demais TACs.



A solução do TAC no CREA não virá de sua diretoria

Em sua reunião Plenária do dia 11/05, o Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e Agr^a - CREA fez exposição minuciosa das circunstâncias que o levaram a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público do Trabalho, que ameaça o emprego de cerca de 300 trabalhadores. O SINSEXPRO esteve presente na reunião e também distribuiu, na entrada do evento, Carta Aberta sobre a dramática situação dos funcionários. A exposição feita pelo diretor Administrativo do Conselho sobre o TAC teve a lamentável conclusão de que "nada mais poderá ser feito para reverter os problemas, já que as procuradoras do Ministério Público do Trabalho - MPT e do Ministério Público Federal - MPF re-

jeitaram a interpelação do SINSEXPRO". O diretor do CREA se referia a recurso que o Sindicato apresentou ao MPT para pedir reversão do TAC, já que o mesmo foi feito sem participação do sindicato da categoria e, inclusive, contraria orientação da Câmara dos Coordenadores do MPF, de Brasília, para que a data adotada como marco regulatório para as demissões seja 2001 e não 1988, como foi adotado no CREA.

Efetivamente, o recurso não foi acolhido pelo MPT e MPF. Mas, diferentemente do Conselho, o SINSEXPRO vê sim muita coisa a ser feita e não vai aceitar esse desastroso acordo entre CREA e MP sem lutar para revertê-lo. Em Brasília, o Sindicato obteve o compromisso de que será enviado ofício da Câmara

dos Coordenadores à procuradora de São Paulo solicitando, especificamente, revisão da sua ação no CREA. O Sindicato decidiu também impetrar Mandado de Segurança contra o MPT, MPF e contra o próprio Conselho. E está trabalhando para conseguir que tramite no Congresso Nacional um projeto de Lei elaborado pela FENASERA para regulamentar todas as questões de pessoal das autarquias. Estamos empenhados, inclusive, em que esse projeto de Lei possa ser convertido em Medida Provisória. Acima de tudo, o Sindicato está em ação permanente pela organização da base de funcionários, mobilizando-os para as ações de denúncias e reivindicações que certamente terão de ser empregadas.

O outro lado da questão na nacionalização do gás boliviano

A nacionalização do gás boliviano, recentemente anunciada pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, recebeu uma enxurrada de críticas da imprensa brasileira que incitou sistematicamente o governo brasileiro a tomar medidas duras, invasivas e enérgicas para defender o interesse nacional e a Petrobrás. Foram muitas as críticas de comentaristas e especialistas do Brasil ao que consideraram “corpo mole” do presidente Lula. No entanto, existe o outro lado da questão que não foi divulgado pela mesma imprensa, com exceção de alguns veículos como a revista Carta Capital. Em sua edição número 392, a publicação afirma que, “dos 82% de receita que as grandes petroleiras estrangeiras detinham nos governos militares da Bolívia, passaram a deter só 18% com a ousada iniciativa de Evo Morales, eleito democraticamente com ampla maioria. Segundo o governo boliviano, isso ainda lhes deixa lucro, mas um critério mais técnico e negociado será definido depois de 180 dias, de acordo com uma avaliação dos custos de receitas da empresa - ou seja, três meses depois da Assembleia Constituinte daquele país,

marcada para 1º de julho e da elaboração de uma nova Constituição, que dará ao governo o peso de quem prometeu e cumpriu realizar um sonho de décadas.

O presidente Evo Morales agiu respaldado em plebiscito de 92% dos eleitores bolivianos, sendo que 56% destes o escolheram como líder de um país que tem uma longa história de espoliação de tesouros naturais sem contrapartida para a população. Segundo o Censo de 2001, apenas 16,6% da população da Bolívia tem suas necessidades básicas de água, saneamento, energia, educação e saúde satisfeitas. Vinte e quatro por cento dos bolivianos são classificados próximos do limiar de pobreza, outros 34,2% estão em situação de pobreza moderada, 21,7% em indigência e 2,7% em condições de marginalidade. O índice de pobreza e a renda per capita estão entre os do Piauí e do Ceará. A pobreza é superior a 80% nas áreas rurais e a 70% em quatro dos nove departamentos, bem pior do que os 63% do Maranhão, o mais pobre estado brasileiro.

Os números seriam piores não fosse a emigração: mais de 2 milhões de bolivianos, 20% da população, vivem fora



do país, grande parte dos quais em condições ilegais e até de semi-escravidão, como é o caso de cerca de 100 mil trabalhadores nas confecções da cidade de São Paulo. A nacionalização dá ao governo boliviano condições de modificar essa realidade. Para a Petrobrás e seus acionistas, a nacionalização é um incômodo, mas não é uma catástrofe. Com ou sem nacionalização, a renegociação dos preços do gás estava na ordem do dia, dada a alta do petróleo para o qual o gás é uma alternativa. A um ritmo de produção de 2 milhões de barris/dia, cada dólar de aumento no barril significa mais 700 milhões de dólares de receita para a Petrobrás. Tanto que no dia seguinte à nacionalização, as ações da Petrobrás voltaram a subir acima do mercado.

O Presidente Lula reconheceu a decisão da Bolívia como ato soberano e mesmo como “ajuste necessário a um povo sofrido, que tem direito a reivindicar mais poder sobre sua maior riqueza”. Diferente do que prega a mídia, tal postura é perfeitamente coerente com a defesa dos direitos humanos acima do lucro exacerbado e da negociação permanente dos interesses de ambos os lados.”

SINSEXPPO participa do 11º CECUT

Sob o tema “Fortalecer a democracia, valorizar o trabalho, avançar na luta e derrotar o neoliberalismo em São Paulo”, foi aberto na noite do dia 10 de maio, em Santos, o 11º Congresso Estadual da CUT - CECUT. Cerca de mil sindicalistas compareceram à cerimônia que reuniu lideranças partidárias e populares, deputados federais e estaduais, representantes da CGTB e da Força Sindical. Esteve presente também o senador Aloisio Mercadante, candidato do PT ao governo de São Paulo. Entre os sindicalistas estavam os delegados eleitos para representar nossa categoria, Carlos Tadeu Vilanova e Inês Granada Pedro, do SINSEXPPO.

Interesse dos trabalhadores - Na tarde do dia 10, primeiro dia dos trabalhos do 11º CECUT, cerca de 900 delegados participaram de seis mesas temáticas: Gênero; Juventude; Combate à discriminação racial e homofobia; Políticas Públicas, geração de emprego e renda; Saúde do Trabalhador e Pessoas com deficiên-

cias, acessibilidade e cidadania. Os delegados do SINSEXPPO participaram, respectivamente, como Mediador e Relatora da Mesa sobre Políticas Públicas de Emprego e Renda. Em palestra sobre o tema, o presidente nacional da CUT, João Antonio Felício, denunciou a “política neoliberal de desmonte do Estado e entrega do patrimônio público aplicada pelos desgovernos tucanos” e afirmou que “reeleger Lula é, inclusive, um gesto de autodefesa da classe trabalhadora”.

Também participou desta mesa o jornalista e sociólogo Altamiro Borges. Felício traçou um paralelo entre o programa entreguista defendido por Geraldo Alckmin e o desenvolvimentista, do presidente Luís Inácio Lula da Silva. “Ao contrário dos neoliberais, que querem o Estado como espectador da ação daninha dos cartéis multinacionais e do sistema financeiro contra a administração pública, nós defendemos um Estado ativo, que atue como indutor do desenvolvimento e da justiça social. Este é o deba-

te ideológico que está presente e serve de pano de fundo aos ataques da mídia contra o governo Lula, contra Evo Morales e Hugo Chávez”, finalizou.

Edílson de Paula é reeleito presidente da CUT/SP - Na noite de sexta-feira, dia 12/05, houve a eleição da nova direção da CUT/SP, que conduzirá a Central Estadual até 2009. Edílson de Paula, químico de São Paulo, que encabeçou a Chapa 2 “CUT de luta para avançar nas mudanças” (composta pelas correntes Trabalho, Corrente Sindical Classista (CSC) e Articulação Sindical) foi reconduzido ao cargo de presidente, vencendo a eleição com 89,9%, totalizando 686 votos válidos. A composição geral da nova diretoria, que será confirmada no 9º CONCUR - Congresso Nacional da Central, que será realizado de 5 a 9 de Junho de 2006 em São Paulo - tem a participação do companheiro Carlos Tadeu Vilanova, que é candidato a secretário de Formação Sindical da CUT/SP.

Anuênio integra maioria dos Acordos

Uma das mais antigas reivindicações da nossa categoria nas campanhas salariais é o pagamento de Anuênio. Sob diferentes formas - teto para o índice, biênio, anuênio até o quinto ano de trabalho e, a partir daí, quinquênio - o benefício já faz parte da maioria dos acordos coletivos da categoria. E onde não tem, mostra-se cada vez mais necessário, pois o trabalhador recém-ingresso na autarquia

acaba percebendo o mesmo salário daquele que já está há anos na função e, por isso, adquiriu experiência e desenvoltura no seu desempenho. O argumento recorrente para não conceder o anuênio é que ele estaria contemplado nos Planos de Cargos e Salários mas, como todos sabemos, essa é outra novela que só agora, com a intervenção do Ministério Público, temos a chance de “tirar das gavetas” das diretorias dos Conselhos e Ordens e, ainda, acompanhar sua aplicação.



O Campeonato de Futsal do SINSEXPRO teve início no dia 6/05 com um festival de gols. O sorteio das chaves foi realizado no dia 28/04, na sede do Sindicato. Na primeira rodada, CENTRAL F.S., da OAB, OS INTOCÁVEIS - COREN, e CRECI levaram a melhor. O jogo de abertura foi entre o time da OAB e do CREMESP com placar de 4 x 2. Na segunda partida, Os Intocáveis, do COREN, venceram o Em Cima da Hora, da CAASP,

A bola já está rolando no Futsal do SINSEXPRO

pelo mesmo placar, 4 x 2. No último jogo do dia, o CRECI venceu o Farmácia por 7 x 1. Na segunda rodada do Campeonato, no dia 20/05, o CREMESP venceu o Pegada Loka-OAB por 6 x 4; o Em Cima da Hora - CAASP venceu o CRC por 15 x 0; e o Na Lâmpada venceu o Farmácia por 5 x 4. No dia 27/05, na terceira rodada, entrariam em quadra Os Intocáveis - COREN x CRC; CRECI x Na Lâmpada; e Central OAB F.S x Pegada Loka - OAB. A semifinal está marcada para os dias 3/06, com jogos de ida, e 24/06, com jogos de volta. No dia 1º de julho acontece a grande final. Não deixe de prestigiar. Além de torcer pelos craques da categoria, é neste tradicional evento es-

portivo do Sindicato que aproveitamos para reencontrar os colegas de outras autarquias e nos unirmos ainda mais para o fortalecimento de nossa luta. Os jogos são realizados no Ginásio Poliesportivo do Clube da Cidade da Moóca, localizado na Rua Taquari, 635, Moóca, próximo ao Metrô Bresser.



Promofarma e CCBEU são os novos convênios do Sindicato

O SINSEXPRO fechou dois novos convênios para atender seus filiados. Um deles é com a Promofarma, tradicional rede de farmácias que oferece descontos, pagamento facilitado e até prêmios para os sindicalizados. Além das diversas unidades espalhadas por toda a cidade, a Promofarma tem também uma loja exclusiva para medicamentos por manipulação. O endereço é Av. Mazzei, 210 - Tucuruvi. Fone (11) 6994-4818. No site www.promofarmamanipulacao.com.br há informações sobre os serviços oferecidos por esta unidade. Já no Disk Farmácia - (11) 6281-6400, é possível saber o endereço da Promofarma mais próxima de você.

O outro convênio fechado pelo SINSEXPRO é o CCBEU - Centro Cultural Brasil Estados Unidos, uma ótima opção para os companheiros que trabalham em Santos e que pretendem fazer um curso de inglês de qualidade reconhecida. Há turmas para crianças, adolescentes e adultos em diversos horários. Os alunos contam com uma biblioteca com 20 mil itens em inglês e português e serviço de orientação. Os filiados ao Sindicato têm 30% de desconto nos cursos regulares e intensivos, com exceção dos cursos de férias. O endereço é Rua Jorge Tibiriça, 5/7 - Gonzaga - Santos. Fone: (13) 3281-3993. Site www.ccbeunet.br.